

UMA SEMANA PARA ESQUECER

por Mário Soares

Os dias que vivemos na semana passada, no plano político e patriótico, foram particularmente angustiantes para os portugueses conscientes. Porque deram a impressão que Portugal tinha perdido o norte e os Partidos o sentido das suas responsabilidades. Os comentadores televisivos e radiofónicos ajudaram a envenenar o clima psicológico nacional, com o seu derrotismo e as informações e contra-informações que nos foram fornecendo, por forma contraditória e que só podiam ter por efeito intoxicar o ambiente e conquistar mais audiências.

O problema do Orçamento para 2011, imposto pelos mercados, pelo Banco Central Europeu e pela própria Comissão Europeia – como é evidente – tornou-se de repente a preocupação central dos portugueses: passa ou não passa o Orçamento na Assembleia da República? Seria um desastre nacional se não passasse.

Contudo, à medida que se foram conhecendo a enormidade dos cortes, do deficit e dos despesismos do Estado e dos privados, divulgados em entrevistas e pela imprensa, mas sempre a conta gotas, sem que houvesse um discurso esclarecedor feito à Nação – gerou o pânico e multiplicaram-se as críticas. Depois vieram, com grande publicidade, as negociações entre os dois maiores Partidos – PS e PSD – e logo a seguir percebeu-se que havia um desentendimento entre os líderes.

Dois dias depois, foram rompidas as negociações. Aparentemente, por uma “insignificância financeira”, em relação ao que estava em jogo. Passa ou não passa o Orçamento, mesmo sem acordo? Foi a pergunta mais ouvida nesses dias.

Nunca tive dúvidas que passaria, dadas as pressões feitas pelos bancos e pelos grandes interesses junto do PSD. Aliás, o Prof. Catroga, muito desiludido com a constatação do desacordo, disse e repetiu continuar a ser a favor da abstenção.

Entretanto, no dia seguinte, com os dois líderes em Bruxelas – um, no Conselho Europeu, de triste memória e o outro, no Grupo Popular Europeu (conservador) – deu-se uma inesperada reviravolta. O Primeiro-Ministro, sorridente, declarou aos jornalistas que era necessário fazer mais um esforço para chegar a acordo. Por pressão de Bruxelas? Não explicou. E o PSD, logo a seguir, resolveu voltar à mesa das negociações, seguramente com a aquiescência óbvia de Passos Coelho. Porque razão? Também não explicou.

A Comunicação Social deitou foguetes. Houve, como disse, fumo branco! Os comentadores tentaram explicar o volte face, por forma, contraditória, como de costume. Mas deve perguntar-se, o que ainda hoje não se sabe (escrevo no Domingo 31): o acordo é só para deixar passar o Orçamento na generalidade? Ou também na especialidade? E o PSD vai apenas abster-se, como parece?

Estes são dois pontos importantes, para não dizer decisivos, quanto ao nosso futuro próximo. É preciso também que os portugueses saibam que se o PSD só se abster, a guerrilha partidária eleitoralista vai continuar, com os inconvenientes conhecidos, quanto à instabilidade governativa. Se votar a favor do Orçamento – e se se responsabilizar – apaziguar-se-ia a situação, para que haja – ou possa vir a haver – finalmente, um acordo mínimo quanto a um plano de recuperação, a médio prazo e nele se empenhem os dois maiores Partidos. Seria excelente. Sobretudo se viessem a ser bem explicadas, com verdade e total transparência, aos portugueses, as medidas necessárias, deixando de pensar, no curto prazo – e por agora – nas perspectivas eleitoralistas. Nessa hipótese poderia mudar a situação. É o que o País precisa e deseja, para haver confiança e podermos transmiti-la, igualmente, aos mercados e às instituições europeias.

Entretanto, no sábado passado, houve outra novidade. Afinal, o acordo só garante a abstenção do PSD na generalidade e não sabemos se também na especialidade, Nesse caso, perde-se a responsabilização. Se assim for, num Orçamento cujas medidas serão tão difíceis de aplicar, o PSD, parece pôr acima do interesse nacional um eleitoralismo imediatista. Em que o acordo feito representa muito pouco. Nem sequer ficará na história.

Não desconheço que o ambiente entre os dois maiores Partidos não tem sido bom, como o clima crispado que se vive na Assembleia da República. Não têm confiança uns nos outros nem respeito pela

palavra dada. É muito mau, para a Democracia, que se tivesse deixado degradar tanto as relações inter-partidárias e entre os Partidos e os Parceiros Sociais.

Estamos a viver tempos difíceis, como todos sabemos. É preciso reagir. Chegou a hora de pôr o interesse nacional acima dos interesses partidários e pessoais. Toda a gente sensata o sabe. Para encontrar soluções equitativas e eficazes para combater as crises que nos afectam. O Povo – e a história – não perdoarão aos responsáveis políticos se continuarem a combater-se e não conseguirem entender-se minimamente quanto ao essencial. O que se aplica também aos Parceiros Sociais.

Sei, por experiência própria, que não é fácil construir uma Coligação inter-partidária. Demora tempo a criar a confiança necessária entre os Partidos – e os dirigentes – para se porem de acordo quanto a uma estratégia comum de salvação nacional, que possa ser compreendida e apoiada por uma maioria sólida de portugueses. O passo dado no acordo assinado no Sábado passado – se fosse continuado e desenvolvido, com bom senso e sentido de Estado – podia ser um bom começo. Assim os dirigentes o queiram impor (pela persuasão, claro) às suas hostes, ávidas de poder. Não vejo, de momento, outro caminho. Implica, é certo, diálogo, respeito pelo adversário, paciência e muita transparência e verdade, nas explicações que se vão dando aos portugueses.

Neste momento tão crítico – depois se verá como irá evoluir a Europa, não estou nada optimista – é indispensável que os Partidos, sobretudo os do arco do poder, debatam entre si – e também com os Parceiros Sociais – e criem laços de confiança, pondo-se de acordo quanto à estratégia concertada para vencer a crise. Abandonem, de momento, os golpes meramente táticos ou eleitoralistas. Estes são importantes em política – sei-o bem – mas sem terem como suporte uma estratégia coerente, clara e compreensível pelo Povo, são mero oportunismo...

Note-se que as medidas que constam do Orçamento – trata-se de um compromisso político e moral – tanto para os nossos interlocutores externos, como para os dois Partidos – representam uma baixa tão sensível no nível de vida e nos comportamentos da maioria dos portugueses, que irão suscitar, necessariamente, críticas acerbas, protestos enfurecidos e inúmeras manifestações de descontentamento, donde podem resultar – oxalá me engane – surtos de violência imprevisíveis. É preciso evitar que a situação se degrade mais do que está. Por isso os dois Partidos que já estabeleceram um acordo – por enquanto ambíguo – deveriam corresponsabilizar-se pelo que aí vem, visto que os apertos resultam do Orçamento que ambos aprovaram. Trata-se de um ponto de honra e de dignidade política. Por alguma razão o Prof. Catroga fez uma fotografia (histórica), no seu telemóvel, no momento preciso em que o Acordo foi subscrito...

CRISE DE REGIME?

Alguns analistas que não gostam particularmente do 25 de Abril, têm insistido muito – nos órgãos de Comunicação Social – que o nosso regime está esgotado e em crise. A crise, é incontestável, chegou a Portugal vinda de fora, por via da globalização desregulada, é financeira, de valores éticos, económica e pode vir a ser – espero que não, depende de todos – política e será, necessariamente, social. Mas quando se fala em “crise de regime” o que se pretende dizer? Que é preciso mudar de regime? De Constituição? Substituir a democracia, para voltarmos a uma ditadura, como a que tivemos durante longos e cruéis 48 anos? Só quem não viveu esses anos de bloqueio, de censura e de repressão, pode ter a desfaçatez de pretender um novo “salvador” (diga-se ditador), que se sabe sempre como começa mas não como acaba...

A Democracia tem defeitos, é exacto. Conhecemo-los e podemos combatê-los sem arriscar as nossas vidas e a nossa liberdade. É, como dizia Churchill “o pior dos regimes, à excepção de todos os outros”. É verdade!

Conservemos, pois, a nossa Democracia, pluripartidária e pluricultural, que nos últimos trinta e seis anos nos trouxe a liberdade, a paz e o progresso. O período mais pacífico e consensual da nossa história contemporânea.

Estamos em crise e num momento difícilimo, financeiro e económico (com reflexos sociais gravíssimos) – é verdade – mas aproveitemos a liberdade, que nunca nos faltou para defender a paz social e para lutar com inteligência para vencer a crise. Não há outro meio.

Não vale a pena para isso alterar a Constituição porque tem sido – e é – consensual. Há pequenos aspectos que podem ser melhorados. Mas não neste momento de crise. Temos outras prioridades. A Justiça, por exemplo, cujo mau funcionamento (incontestável), é reconhecido pelos portugueses e põe em causa o nosso Estado de Direito, não por ausência de leis, mas pelos abusos a

que temos assistido por elementos dos Sindicatos dos Magistrados Judiciais e dos Procuradores do Ministério Público, não para defender os direitos dos seus associados – o que é legítimo e é a sua função - mas por quererem intervir nas questões políticas, em convivência suspeita com a Comunicação Social. Ora juízes e agentes do Ministério Público representam, em conjunto, um órgão de soberania. O que implica distância, descrição e, sobretudo, contenção verbal. Única forma de manterem a autoridade que lhe é devida.

Felizmente que em tempo de Democracia os militares, aprenderam a ser democratas e a obedecer ao poder político, legitimado pelo voto popular. Como a Igreja Católica Portuguesa reconhece a separação do Estado das Igrejas - como o Papa acentuou na sua visita a Portugal - aceita a liberdade religiosa e o direito de não ter qualquer crença e não interfere na política, tendo uma postura social progressista.

Tudo isso representa transformações enormes e positivas que não podemos deixar perder, por efeito de uma crise financeira e económica que em conjunto devemos saber ultrapassar – em diálogo estreito com os Parceiros Sociais – e de acordo com os nossos compromissos europeus, que assumimos, voluntariamente, e devemos cumprir.

Em conclusão, a crise não é do regime – nem, muito menos, da Democracia – é dos especuladores e do neo-liberalismo. Foi importada dos Estados Unidos e agora está a agravar-se na União Europeia. Mas isso será tema de um outro artigo...

AS COMEMORAÇÕES DA REPÚBLICA

Os cem anos da República têm vindo a ser celebrados, por todo o País e com uma grande adesão popular. A Comissão Organizadora – e o seu Presidente, Artur Santos Silva – estão de parabéns, porque têm vindo a fazer um trabalho extraordinário de enorme valor pedagógico e com apreciáveis resultados.

Hoje quero chamar a atenção para um trabalho editorial, em curso de publicação, intitulado “A República das Artes: um território a redescobrir”, dirigido pelo ilustre musicólogo e membro da Comissão, Rui Vieira Nery. Chegaram-me já três volumes: Literatura (com um CD de Alfredo Keil, o autor do hino nacional); Pintura (com um CD de Viana da Mota); e Teatro (com um CD de Alexandre Rey Colaço). Mas estão a sair mais, semanalmente, sobre: Escultura, Arquitectura, Cinema, Fotografia e Caricatura. Cada livro, com uma apresentação gráfica excelente e muito original tem um CD, com músicas muito variadas do período republicano, incluindo músicas populares.

A “República e as Artes”, no seu conjunto, representam um inventário do contributo dado pela República às Artes e, inversamente, das Artes à República. É uma ideia muito original de uma realidade hoje pouco conhecida, mas extremamente interessante, porque nos mostra como a liberdade é fundamental na criação artística e como esta marcou a I República.

Fiquei muito impressionado com os três livros que me chegaram e que me deram imenso gosto folhear e ler. Por isso os recomendo aos meus eventuais leitores para que os comprem no Diário de Notícias e no Jornal de Notícias e os leiam e os oiçam. Compreenderão que tenho razão.

Lisboa, 2 de Novembro de 2010